

Economia: da euforia heterodoxa à discrição ortodoxa

Walter Barelli (*) e
Antônio José Corrêa do
Prado (**)

Diz-se que a violência dos poderosos é silenciosa, fria e eficaz. Esta parece ser a característica das políticas do FMI. Têm objetivos claros, bem definidos, e instrumentos simples e de fácil compreensão.

Qual o diagnóstico do FMI? É o de que uma economia que está com problemas de balanço de pagamentos está gastando mais do que pode e, portanto, utilizando "poupanças externas" além da sua capacidade de remuneração dessas poupanças, isto é, contraindo empréstimos no exterior e não tendo dinheiro para pagá-los. Portanto, é preciso parar de gastar para gerar recursos para atender aos compromissos com os credores externos. Parar de gastar significa diminuir o mercado interno e produzir para o mercado externo.

Como se faz para reduzir o mercado interno, segundo o FMI? Cortam-se despesas do governo, aperta-se a base monetária, reduzem-se os créditos e pratica-se uma política de altas taxas de juro.

arrocham-se os salários, desvaloriza-se o câmbio para aumentar as exportações e cortam-se os subsídios.

Ao observador atento e até aos mais distraídos, não passará despercebido que tem sido justamente essa a política econômica do governo brasileiro desde novembro de 1986. Após oito meses de euforia heterodoxa, com congelamento de preços, taxas de juro baixas, política monetária frouxa, crescimento de salários reais, de emprego e produção, a economia brasileira deu uma autêntica volta de 180 graus e voltou à situação pré-Cruzado. A bem da verdade, voltamos a um cenário até pior, pois a economia vinha crescendo desde fins de 1984, apesar de todos os problemas da inflação e da deterioração das finanças públicas.

Hoje, abril de 1987, já estamos há vários meses com altas taxas de inflação, queda brutal dos salários reais, taxas de juro de bucaneiros, da rainha, com desvalorizações cambiais diárias, queda dos níveis de produção e consumo e na iminência de um aumento das taxas de desemprego da economia.

Os dados do DIEESE

quanto aos salários reais da região metropolitana mostram que de outubro de 1986 a janeiro de 1987, os salários reais caíram 15,8% e a massa salarial, 6,5%. Isso significa que os salários médios voltaram aos níveis médios do ano de 1985. Ou seja, o que foi ganho durante o período da euforia heterodoxa já foi perdido pelos efeitos da política ortodoxa implantada a partir de novembro. A continuar no atual ritmo, os assalariados poderão perder também o que conquistaram durante as lutas de 1985.

É curioso que ainda existam políticos dizendo que os salários subiram 30% reais. Estão dizendo isso há vários meses. Talvez seja efeito da discrição ortodoxa, não perceberam que a realidade econômica hoje já mudou radicalmente em relação a novembro de 1986.

Necessário se faz alertar que estamos num processo rápido de desaceleração econômica e que, se nada for feito para mudar as atuais tendências, estaremos, em breve, numa crise de emprego grave. Não creio que seja o momento de perdermos tempo em preciosismos terminológicos. Os sinais são claros e a

recessão não espera discursos, acontece.

O que parece mais grave é que o "ajuste" que está sendo feito na economia brasileira passa novamente pela questão salarial. A figura do gatilho salarial é importante, mas na sua atual configuração não está sendo capaz de impedir a queda dos salários reais detonada após a política de realinhamento de preços, pois teria de incorporar a inflação plena do período, e não apenas 20%, seja qual for a inflação acumulada no período entre o último reajuste e o disparo do gatilho.

Mesmo incorporando-se a inflação plena aos salários, a corrosão salarial seria inevitável nos atuais níveis de inflação (14%), chegando-se ao final de doze meses, seja qual for a data-base, a uma perda próxima de 17%. Ora, isso significa que a demanda continuará caindo, a não ser que haja uma recuperação vigorosa dos investimentos.

Mas como esta recuperação dos investimentos poderá ocorrer com taxas de juros estratosféricas, uma política econômica errática e uma deterioração inequívoca das contas exter-

nas? O setor privado pensará muito, mas muito mesmo, para arriscar novos investimentos. O setor estatal poderia fazê-lo. Mas o tempo entre a decisão de investir e a realização do investimento pode ser tão grande que seus efeitos demorarão muito a aparecer, e até lá a economia terá rolado ribanceira abaixo.

O quadro é dos piores e novamente criado por uma política econômica "à la FMI", mesmo que as autoridades econômicas não reconheçam. Aliás, ir ou não ir ao FMI é questão morta, pois não fomos, fazemos o que ele sugere e, o que é pior, não ganhamos nada com isso.

É preciso romper com a atual política econômica, mudar de rumos, antes que o desastre seja maior e os trabalhadores, mais uma vez, continuem a pagar a conta, com desemprego, queda de salário real e deterioração de sua condição de vida.

(*) Diretor técnico do Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), em São Paulo, e professor da PUC-SP; e (**) economista e técnico do DIEESE

GAZETA MERCANTIL

1-3 ABR 1987